

Quebras estruturais na demanda brasileira por importações: evidências dos períodos pré e pós-abertura

*Alexandre Englert Barbosa**

*Jeferson Luis Bittencourt**

*Marcos André Mattos de Lima**

O Brasil foi palco de importantes mudanças no que concerne à sua demanda por importações, causadas, principalmente, por períodos de distintas formas de tratamento a políticas que refletiram diretamente no fluxo comercial. Em torno dessa questão e, mais objetivamente, das fases que evidenciaram esse processo, o presente trabalho busca explicações.

Partindo da observação das variáveis que irão compor o modelo econométrico, tentar-se-á explicar as variações na demanda por importações brasileiras desde o início da década de 80 até 1998. Mesmo nesse curto espaço de tempo, pode-se identificar claramente fases distintas na trajetória da economia brasileira.

O início do período abordado neste trabalho até meados de 1984 caracteriza-se, principalmente, pelo fechamento econômico, pois, ao final dos anos 70 a situação conturbada da economia mundial já se refletia diretamente na instabilidade da política econômica brasileira. Sem dúvida, a segunda crise do petróleo foi o catalisador, juntamente com a elevação da taxa de juros americana em 1975, para esse processo de fechamento brasileiro, trazendo sérias consequências em termos de comércio internacional.

Outro período identificável é aquele compreendido entre 1984 e 1989, quando a economia brasileira retomou o nível de atividade, pelo menos no que tange à utilização da capacidade instalada (UCI) que será utilizada como uma das variáveis explicativas em nosso modelo. A partir de 1988, os reflexos da redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias, de forma acentuada, avalizam a tendência de liberalização comercial do final dos anos 80. Esta é claramente uma outra etapa da economia brasileira.

* Mestrando em Economia pela UFRGS.

A partir de 1994, com a implementação do Plano Real, muitas modificações ocorreram. Dentre elas, uma valorização nominal da moeda doméstica em relação ao dólar, alongando-se desde a troca do padrão monetário até outubro de 1994. A desvalorização planejada do real diante do dólar foi uma característica marcante ao longo deste último período, compreendido entre 1995 e 1998.

Nos períodos acima destacados, muitas variações ocorreram nas variáveis que serão usadas para tentar explicar as modificações na demanda por importações. Variações na utilização da capacidade instalada, no câmbio real e na tarifa legal compõem a gama de variáveis que impactam a variável dependente do modelo presente neste trabalho.

A seção 1 deste trabalho dará um panorama da economia brasileira, principalmente em relação às variáveis que serão utilizadas na estimação do modelo, visando esclarecer o movimento das mesmas à medida que os distintos períodos supracitados ocorriam. A seção 2 é reservada à metodologia adotada, à formalização do modelo e a questões acerca do mesmo. Na seção 3, veremos a análise dos resultados obtidos. A última parte do trabalho trará as conclusões obtidas a partir do modelo estimado.

1 - Aspectos da atividade econômica e da abertura comercial brasileiras nas últimas décadas

No início da década de 80, as trajetórias das principais variáveis da economia brasileira foram orientadas fundamentalmente no sentido de superar os problemas decorrentes da estratégia de crescimento adotada após o "milagre econômico". Nesse sentido, política comercial e atividade interna ajustaram-se a fim de atender às prerrogativas necessárias para equalizar a questão do balanço de pagamentos, notadamente eleita como a principal dificuldade a ser enfrentada na década que se iniciava.

O período analisado, que se estende até os dias atuais, foi dividido em duas fases, que são agora analisadas.

1.1 - Os anos 80 e o fechamento da economia

No final dos anos 70, a situação conturbada da economia mundial já se refletia diretamente na instabilidade da política econômica brasileira, que se caracterizava, nesse período, por uma sucessão de contrações e expansões do

nível de atividade. Os anos 80 iniciavam-se num certo ritmo de crescimento do PIB e do produto industrial, e a UCI mantinha-se em um patamar relativamente elevado.

Nesse quadro, teve início, então, em outubro de 1980, uma contração do consumo interno, visando reduzir o nível de atividade e a criação de excedentes exportáveis. Esses excedentes reduziram o déficit da balança comercial em um prazo relativamente curto, juntamente com a redução das importações. Essa política contracionista, que englobava desde contração monetária até a restrição ao consumo, promovida pela elevação das taxas de juros e pela redução dos prazos de financiamento do crédito ao consumidor, fez com que a UCI na indústria de transformação caísse praticamente de maneira ininterrupta até 1984, excetuando-se um breve período em 1982.¹

Em 1984, a UCI na indústria de transformação inicia uma fraca recuperação, em parte por não incorporar os aumentos de produção de petróleo, que havia sido responsável por boa parte do crescimento da produção industrial naquele ano.

A transição para o governo civil fez com que a política econômica no ano de 1985 fosse bastante conturbada, e essas conturbações no ambiente, que já se caracterizavam pela inflação crescente, só serviam para aumentá-la. A situação favorável obtida no ano de 1984 na balança comercial permitia ao novo governo uma certa independência em relação às políticas do FMI, o que dava margem às medidas que privilegiassem o crescimento econômico.

Em vista disto, o PIB brasileiro cresceu em torno de 8,4% no ano de 1985, e o produto industrial cresceu 9,2% entre fevereiro de 1985 e fevereiro de 1986, espelhando um crescimento de 78% da UCI da indústria de transformação de janeiro de 1985 para 82% em janeiro de 1986.

O *boom* de consumo que aí se iniciou afetou significativamente a oferta de bens de consumo duráveis que sofreu forte pressão, tendo a sua produção crescido 33,2% nos 12 meses anteriores a julho de 1986. Em setembro de 1986, a produção industrial atingia um pico, tendo aumentado 12,2% nos últimos 12 meses. Todo esse incremento da demanda por produtos industrializados pode ser expresso pela UCI, que saiu de um patamar em torno de 77% em 1985 para atingir 85% em outubro de 1986. Isto fez com que se percebesse que setores estavam trabalhando perto da plena capacidade e que começavam a escassear matérias-primas e bens intermediários.

¹ Para uma análise mais completa do comportamento da atividade econômica de 1980 a 1996, ver Bittencourt (1997).

Logo após as eleições de novembro de 1986, no entanto, o ajuste promovido pelo Governo trataria de desaquecer a economia, já que a inflação se recuperara com o fim do congelamento. As medidas promoveram uma queda do salário real, elevação da taxa de juros e aumento da incerteza, ingredientes que foram fundamentais para que se reduzisse a pressão do lado da oferta. Disso resultou uma redução da UCI da indústria de transformação de 85% em janeiro para 76% em julho de 1987, chegando ao ano de 1988 com uma UCI de 80%.

O ano de 1988 foi tipicamente um ano de transição, ou de inércia, na economia brasileira, não tendo, no que tange às ações de política econômica, nenhuma mudança significativa. Um bom exemplo da passividade da condução da política econômica nesse período pode ser visto no comportamento da UCI. Em janeiro de 1988, a UCI da indústria de transformação era de 80%, em abril esta passou para 81%, e, a partir daí, as três outras observações (julho e outubro de 1988 e janeiro de 1989) ficaram em 79%.

A UCI, a despeito da elevação durante o ano de 1989 — que chegou a alcançar 83% em julho —, manteve-se relativamente estável. De janeiro de 1989 a janeiro de 1990, a UCI da indústria de transformação passou de 79% para 80%, mantendo-se, portanto, no mesmo patamar de 1988.

Se a atividade econômica durante a década de 80 passou por momentos bastante conturbados, no que tange à política comercial não apresentou grandes turbulências. Isso, no entanto, não representa um ponto positivo, uma vez que essa estabilidade se deu à custa do fechamento da economia.

Com o intuito de reduzir as importações, no início da década de 80 implementaram-se quatro importantes inovações²: (a) o estabelecimento das “suspensões temporárias” das guias de importação emitidas pela CACEX, que englobam as importações proibidas do Anexo C e de produtos individuais (como eletrônicos e de informática); (b) necessidade de financiamento externo das importações, segundo o tipo de produto e o volume da transação; (c) controles sobre o comércio exterior, exercidos pelo Banco Central; e (d) os Programas de Importação, através dos quais as firmas deveriam, a cada ano, negociar individualmente com a CACEX seus níveis de importações anuais (OLIVEIRA, 1993, p. 12).

Assim, a balança comercial, que em 1980 havia apresentado um déficit de quase US\$ 3 bilhões, em decorrência de uma queda de 6% no preço das exportações e de um aumento de 10% no preço das importações (puxados, principalmente, pela elevação de 19% do preço do petróleo), acabou apresentando, em 1981, uma reversão importante. Alcançou-se, nesse ano, um supe-

² Segundo Moreira e Araújo (1984), Braga e Tayler (1990).

rávít de US\$ 1,6 bilhão de dólares, decorrente de um aumento de 0,5% das exportações, mas em função, também, da redução do coeficiente de importação, que caiu de 9,2% do PIB em 1980 para 8% em 1981 (CARNEIRO, MODIANO, 1989, p.327).

Com a crise mexicana em 1982, o Brasil exportou US\$ 3 bilhões a menos que no ano anterior. Mesmo compensado pelo fato de a economia do País estar desaquecida, o que fazia com que as necessidades de importação fossem menores — principalmente devido ao declínio da demanda por bens de capital —, a redução das exportações levou a uma queda no superávít comercial, que ficou em torno US\$ 1 bilhão.

Em 1983, a economia passou a ser abertamente regida de acordo com o receituário do FMI. Em acordo com o FMI, o Governo comprometia-se a adotar um teto para o déficit em conta corrente, e, para alcançá-lo, o desempenho da balança comercial seria fundamental. Com os resultados parciais dos dois primeiros meses do ano apontando para uma incapacidade da balança em gerar tais resultados com a política de desvalorização gradual, em fevereiro de 1983 o Governo desvalorizou o cruzeiro em 30%. Para se aproximar ainda mais das metas propostas ao FMI, ao contrário do que muitos pensavam, ao invés de fazer uma nova maxidesvalorização, o Governo optou por desvalorizações trimestrais que alcançaram 149% entre março e novembro, contra uma inflação de 140% para o mesmo período.

A combinação de recessão interna, promovida pela desindexação parcial dos salários, associada à própria desvalorização cambial, à recuperação da economia norte-americana e à queda no preço do petróleo, favoreceria o relativo cumprimento das metas do FMI nesse ano. O superávít comercial ficou em quase US\$ 6,5 bilhões, resultantes de um aumento de 7,3% nas exportações e de uma redução de US\$ 4 bilhões nas importações (CARNEIRO, MODIANO, 1989, p.331, 332).

A partir de 1984, então, o País passou a apresentar expressivos superávits comerciais, com exceção de um pequeno período no início de 1986. Isso era decorrência de políticas de administração restritiva da demanda e de acentuados controles e restrições às importações, como restrições quantitativas mais intensas, redução do fornecimento de guias de importação e da cobertura das isenções e reduções tarifárias iniciadas em 1983 (OLIVEIRA, 1993, p.13).

Em 1985, mesmo com as minidesvalorizações diárias pré-fixadas do câmbio não acompanhando passo a passo o crescimento da inflação, o saldo da balança comercial manteve-se em um nível extremamente alto, alcançando US\$ 12,5 bilhões nesse ano. Contribuía para esse resultado positivo, numa análise

de curto prazo, a queda do preço do petróleo, que ainda respondia por 45% da pauta de importações brasileiras e a desvalorização do dólar norte-americano, ao qual estava atrelado o cruzeiro, frente às moedas européias e ao iene (MODIANO, 1989, p.357).

Essa desvalorização relativa do dólar em relação às moedas mais importantes da economia mundial teria também um papel importante como ingrediente do Plano Cruzado, anunciado em fevereiro de 1986. Isto permitiu que, quando a taxa de câmbio fosse fixada ao nível vigente em 27 de fevereiro daquele ano, não fosse necessária uma desvalorização compensatória ou defensiva do câmbio, antecipando-se aos efeitos da estabilização de preços pretendida. Além disso, o Governo também impôs novos limites às importações de matérias-primas essenciais e de bens intermediários, devido à escassez de reservas cambiais.

Os saldos negativos da balança comercial do final de 1986 e do início de 1987 fizeram com que o Governo decretasse uma moratória do pagamento dos juros da dívida externa, visto que esses déficits teriam promovido uma forte perda de reservas cambiais e que se deveria começar uma nova fase de negociação da dívida. Em junho de 1987, o cruzado seria desvalorizado em 9,5%, o que, aliado às políticas de comércio exterior referidas anteriormente, voltaria a promover superávits na balança comercial, fechando o ano de 1987 com um saldo positivo de pouco mais de US\$ 11 bilhões.

No ano de 1988, houve mais um forte superávit, a despeito das reformas tarifárias que se iniciaram nesse ano. O saldo comercial foi o mais alto de todo o período analisado, alcançando mais de US\$ 19 bilhões.

O Plano Verão, de janeiro de 1989, estipulava uma desvalorização de 18% no cruzado, decorrente da adoção de uma fixação do câmbio em NCz\$ 1 por US\$ 1. Com isso houve uma pequena queda nos superávits, e o ano fechou com um resultado positivo de US\$ 16,1 bilhões, o segundo maior do período 1980-96.

1.2 - Os anos 90 e a relativa abertura da economia

A partir do final dos anos 80 e início dos anos 90, a tendência que já se observava internacionalmente de crescimento do comércio mundial, graças à redução das barreiras tarifárias e não-tarifárias, se acentuou. Isto se deu, dentre outros motivos, em função do processo de globalização, ligado às redes de informação e à divisão internacional da produção promovida pelas grandes empresas (GALVÃO, PORTUGAL, 1997, p.105).

A partir de 1988, começou-se a verificar um processo de abertura da economia brasileira. Nessa década, como se viu na análise dos anos anteriores, o

País, devido aos distúrbios internos, esteve bastante fechado para as importações, em função de barreiras tarifárias e não-tarifárias (BONELLI, 1994, p.14).

A reforma tarifária que se iniciou em maio implicou uma redução das tarifas nominais, sem, contudo, eliminar a redundância tarifária, propiciando uma simplificação e consolidação dos regimes de tarifação dos bens importados.³ Nesse processo, começou-se, também, a aplicar medidas tópicas no sentido de reduzir barreiras não-tarifárias. Em 1989, o processo de abertura da economia teve continuidade com mais uma redução do grau de intervencionismo do regime comercial, além da redução generalizada das alíquotas de importação, quando a alíquota média caiu para 35,5%.

Com a posse do Governo Collor em 1990, aprofundaram-se, substancialmente, as mudanças no regime de importação do País destacadas anteriormente. Merece atenção a esse respeito a eliminação das restrições não-tarifárias, a manutenção da redução gradual das alíquotas de importação através de um cronograma de redução tarifária e a abolição da maioria dos regimes especiais de importação.⁴

De todas essas medidas que foram apresentadas no início do Governo Collor, o destaque maior, no entanto, deve ser dado ao cronograma de redução das alíquotas de importação, que previa a queda gradual da tarifa média, modal e do seu desvio-padrão no período apresentado na Tabela 1. Para atingir esse objetivo, separou-se uma vasta gama de produtos em sete grupos e fixaram-se alíquotas de importação entre 0% e 40%, utilizando-se como critério para classificar os produtos em cada faixa o grau de competitividade, a existência de similar nacional e a estrutura tarifária vigente (AZEVEDO, PORTUGAL, 1997, p.3, 4).

A velocidade do processo de abertura comercial após julho de 1994 esteve submetida aos interesses do Plano de Estabilização. Assim, a política de importação teve três fases claramente distintas: (a) de julho de 1994 ao primeiro trimestre de 1995, quando as medidas adotadas tinham caráter nitidamente liberalizantes; (b) a partir do segundo trimestre de 1995 até o segundo trimestre de 1996, quando se percebeu a imposição de uma série de medidas restritivas às importações; (c) desde o terceiro trimestre de 1996, que se configurou num novo período de flexibilização, no entanto, menos enfático que o do item a.

³ As medidas mais importantes dessa reforma, segundo Azevedo e Portugal (1997), foram: (a) a redução das alíquotas e a eliminação do IOF incidente sobre as importações; (b) diminuição das taxas de melhoramentos dos portos; (c) eliminação de alguns regimes especiais de isenção. Mesmo que de forma um tanto incipiente, essa decisão representou uma ruptura com a prática protecionista até então vigente.

⁴ A referência citada dá, em detalhes, o que cada uma das grandes áreas enfocadas neste processo de abertura tratava.

Tabela 1

Evolução efetiva da tarifa legal de importação *versus* cronograma tarifário — 1991-95

DISCRIMINAÇÃO	(%)				
	1991	1992	1993	1994	1995
Tarifa nominal efetiva legal					
Média	25,3	20,8	16,5	14,0	12,6
Moda	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Desvio-padrão	17,4	14,2	10,7	8,3	9,0
Cronograma previsto de redução tarifária					
Média	25,3	(1)21,2	(1)17,1	(1)14,2	12,6
Moda	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0
Desvio-padrão	17,4	14,2	10,7	7,9	9,0

FONTE: AZEVEDO, André F. Zago, PORTUGAL, Marcelo S. (1997). **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações**. Porto Alegre : UFRGS/CPGE. (Texto para discussão, n.97/05, p. 5).

(1) O cronograma tarifário previsto em 1991 foi posteriormente antecipado em outubro de 1992, em julho de 1993 e em outubro de 1994.

No que diz respeito ao câmbio real, após um período de valorização no início da década, essa variável apresentava uma tendência de queda, quando houve a implementação efetiva do Plano Real e a substituição do padrão monetário. A economia passou, então, a mostrar sérios sinais de aquecimento, e o câmbio chegou a se valorizar 24,5% no segundo semestre de 1994. A razão disso estava ligada tanto ao comportamento da taxa de câmbio nominal quanto ao diferencial de inflação doméstica e inflação externa.

De fato, a política cambial durante o Plano Real apresentou três fases distintas. A primeira corresponde a uma valorização nominal da moeda doméstica em relação ao dólar e vai da troca do padrão monetário até outubro de 1994. Nesse período, em função do superávit comercial mantido no início do Plano e da entrada substancial de capitais estrangeiros, o real valorizou-se a ponto de a relação real/dólar chegar a 0,827 para um em meados de outubro de 1994.

A segunda fase da política cambial refere-se ao período que vai de outubro de 1994 até meados de março de 1995. Nesse período, a ênfase foi dada à sustentação da taxa de câmbio nominal, de modo a se evitar o aprofundamento do processo de sobrevalorização que a moeda vinha sofrendo em relação ao dólar e uma possível fuga de divisas ou ataque especulativo em relação ao real. Com esse objetivo, foi adotado o sistema de bandas cambiais, mantido, quando necessário, por intervenção do Governo via Banco Central.

A crise mexicana de dezembro de 1994 foi pivô da implantação da terceira fase da política cambial do Plano Real, que se iniciou em março de 1995. Nessa fase, iniciou-se na prática um processo lento de desvalorização da taxa de câmbio nominal, limitado pelo “estabelecimento de minibandas informais”, corrigidas periodicamente pelo Banco Central, bastando que a taxa de câmbio se aproximasse do limite superior da banda. Esse sistema de minidesvalorizações periódicas durou até janeiro de 1999, quando, após uma série de pequenos ataques à moeda nacional, o Governo, que iniciava o seu segundo mandato, optou por adotar o regime de câmbio flutuante.

No que diz respeito à atividade econômica, os anos 90 iniciaram sob o impacto do Plano Collor. A instabilidade promovida pelas primeiras medidas desse plano fez com que o nível de atividade caísse substancialmente. Em decorrência disso, a UCI na indústria de transformação alcançou o seu nível mais baixo desde 1980. Deve-se considerar que boa parte dessa primeira redução na UCI da indústria de transformação se deu em função de uma medida: o confisco por 18 meses de 70% dos ativos financeiros do setor privado.

As constantes turbulências na política econômica mantinham o comportamento do nível de atividade sem um padrão definido. Assim, em janeiro de 1991, a UCI caiu mais uma vez, chegando a 69% — principalmente em função do Plano Collor II —, no entanto, novamente no transcorrer do ano, a economia recuperou-se e fechou o ano em um nível próximo ao de 1990, ou seja, de 77%.

No ano de 1992, as turbulências políticas que redundaram no *impeachment* do Presidente também afetaram fortemente a economia. A atividade econômica manteve-se praticamente estagnada. Na verdade, durante o período em que Fernando Collor esteve na presidência, o País apresentou crescimento negativo, sendo que, neste último ano, a taxa de crescimento do PIB foi de -0,8%, e a UCI de abril de 1992 a janeiro de 1993 permaneceu em 73%.

Já a balança comercial teve um bom desempenho nos primeiros anos da década de 90, a despeito das políticas liberalizantes já destacadas. De fato, esse resultado positivo também se deve em parte à estagnação da economia, já que a série dessazonalizada das importações apresentou, apesar da tendência ascendente verificada desde o início do processo de abertura, decréscimos consideráveis em alguns meses de 1992 e 1993, enquanto as exportações mantinham um comportamento satisfatório (LYRA, 1996, p.16).

Em 1993, já com a Nação sob o comando do Presidente Itamar Franco, a indústria de transformação recuperou-se, passando de 73% de UCI para 78%.

Na balança comercial, os resultados de 1993 também foram bastante satisfatórios, tendo-se alcançado um novo superávit de mais de US\$ 13 bilhões. No entanto, nesse ano, já era possível ver os resultados do processo de abertu-

ra ao comércio exterior. Mesmo que as exportações tenham subido 7,6% em 1993, as importações tiveram um incremento de 24% em relação ao ano anterior (LYRA, 1996, p.16).

A partir da metade do ano de 1994, a indústria foi um dos setores que apresentou um comportamento mais oscilante. A UCI em janeiro era de 78%; em abril, com uma parcela dos preços da economia já convertidos em URV, portanto, protegidos da inflação, esse percentual chegou a 80, mantendo-se assim em julho. Em outubro, a economia já dava os primeiros sinais de aquecimento, em função da queda da inflação, e subiria para 82% (AZEVEDO, FLIGENSPAN, 1996, p.164).

Quanto à balança comercial, o ano de 1994 guarda a peculiaridade de apresentar o primeiro déficit mensal desde janeiro de 1987. Tanto em novembro quanto em dezembro desse ano, ocorreram déficits crescentes no saldo comercial, respectivamente, de US\$ 513 milhões e US\$ 1,2 bilhão. Esses resultados podem ser explicados por uma série de fatores, de certa forma, interligados: a sobrevalorização cambial permitida pelo Governo, com o intuito de expor à competição externa os produtos nacionais, a fim de coibir os aumentos de preços; a demanda anteriormente reprimida por importados, agora facilitada pela redução ainda maior das barreiras à importação⁵; e a incapacidade da oferta interna de atender o *boom* de demanda ocorrido logo após a queda da inflação. Esses são exemplos de fatores que influenciaram os primeiros déficits comerciais após um longo período.

As medidas adotadas para responder à crise deflagrada pelo México no início de 1995 refletiram-se no comportamento da UCI, que caiu do pico de 87%, período analisado para 83%, passando, em outubro, para 80% (ibid., p.167).

Até meados de 1996, sentiam-se os efeitos da dose excessiva de contração de demanda aplicada à economia brasileira. Somente em outubro de 1996, percebe-se um retorno ao nível da UCI de janeiro de 1995, que foi de 84%. Sem dúvida, este é um nível de UCI alto, considerando-se que é uma média de toda a indústria de transformação. Esse percentual sinalizava para a existência de gêneros industriais trabalhando muito próximos da plena capacidade, o que contribui para que se exerça uma pressão sobre o saldo da balança comercial.

⁵ A redução das alíquotas de importação, como foi dito anteriormente, já era uma tendência observada. Durante 1990 e até julho de 1995, a alíquota média de importação reduziu-se de 32,2% para 12,6%. A moda das alíquotas era de 40% em 1990 e passou para 2% em julho de 1995 (LYRA, 1996, p.7).

Também em 1997 a conjuntura econômica propiciou uma nova intervenção no sentido de arrefecer o nível de atividade, visando, fundamentalmente, sustentar a atratividade do mercado brasileiro para os capitais internacionais, num contexto de crise no mercado financeiro mundial.

No entanto, mesmo tendo características semelhantes, a economia brasileira, até onde se pôde constatar, reagiu de formas diferentes a esses dois choques. Posteriormente ao choque de 1995, a economia passou por um longo período de retração, que se encerrou somente no início de 1996. O ritmo da retomada do crescimento foi consideravelmente lento, de modo que a produção industrial, após um período de relativa estagnação, mesmo que num patamar mais próximo, só retomou o nível anterior ao choque no início de 1997. Já no que se refere ao freio imposto na economia em novembro do ano passado, seus efeitos parecem ter sido menos duradouros, uma vez que, em maio de 1998, a produção industrial já havia retomado o patamar vigente antes da adoção das políticas monetárias e fiscais contracionistas.

A rigor, a condução da política econômica até a eclosão da crise financeira internacional em 1997 foi pautada pela manutenção da tendência de retomada do crescimento após o freio imposto em 1995. Isso se manifestou na gradual redução da taxa de juros até novembro, e na manutenção do ritmo de desvalorização cambial e de uma política fiscal relativamente passiva. As restrições impostas pelo novo cenário mundial levaram a uma quebra da tendência de condução da política econômica, com a conseqüente adoção de um conjunto de medidas de caráter restritivo.

As importações, no final de 1997, apresentaram um forte arrefecimento em função das medidas adotadas pelo Governo. Acabaram recuperando-se após o início do ano de 1998. No entanto o conturbado quadro da economia mundial fez com que durante todo esse ano apresentassem uma tendência de queda. Esse movimento das importações reflete claramente o desempenho da economia no ano de 1998, que apresentou um crescimento bastante insatisfatório e uma UCI, em todo o ano de 1998, inferior à de 1997.

2 - Metodologia

2.1 - Descrição do modelo

O principal objetivo da análise realizada neste trabalho é verificar os impactos, sob a forma de elasticidades, de diferentes variáveis que, segundo a teoria macroeconômica convencional, são importantes na explicação das flutuações

nas importações. As variáveis explicativas dessa demanda por importações são o câmbio real, a tarifa legal média e a utilização da capacidade instalada.

A grande inovação deste estudo, em relação a alguns modelos para demanda por importações já estimados (PORTUGAL, AZEVEDO, 1997; ZINI, 1988; CASTRO, CAVALCANTI, 1997), é a verificação do efeito das tarifas legais isoladamente, uma vez que elas, quando especificadas, estão multiplicadas ao câmbio real, formando uma só variável. Essa modificação foi feita, pois, para o período analisado (1980-98), houve alterações significativas na política tarifária do País, e suspeita-se que, por isso, ocorreram grandes mudanças no comportamento das importações brasileiras.

Como há o intuito de medir elasticidades, foi aplicado o logaritmo natural às variáveis importações e ao câmbio. A UCI e a tarifa legal já representavam uma medida percentual e, por esse motivo, não precisaram ser alteradas. O modelo utilizado assumiu, então, o seguinte formato:

$$\ln(M) = \beta_0 + \beta_1 \ln(C) + \beta_2 UC + \beta_3 T + u_t \quad (1)$$

Onde, **M** representa as importações; **C**, o câmbio real; **UC**, a utilização da capacidade; **T**, a tarifa legal, e u_t , o erro aleatório.

No período considerado, foram realizados vários testes para os diferentes subconjuntos de dados, a fim de se identificarem possíveis quebras estruturais. Também foram feitas regressões para períodos distintos e comparados os intervalos de confiança para os parâmetros com o objetivo de se encontrarem possíveis modificações nos mesmos. Com isso, foi possível detectar três quebras estruturais: a primeira, ocorrida no segundo semestre de 1984, está relacionada à utilização da capacidade instalada e à maxidesvalorização cambial; as outras duas aconteceram em 1990 e 1995, respectivamente, e tiveram como causa as alterações da política externa, mais precisamente nas tarifas. Essas quebras já poderiam ser previstas pela análise dos fatos históricos descritos no capítulo anterior. Foram também encontrados, através dos mesmos procedimentos citados, indícios de alterações do efeito do câmbio real sobre as importações no início do ano de 1995.

As alterações feitas no modelo para adaptá-lo a essas modificações ocorridas ao longo do tempo envolvem a inclusão de variáveis binárias (*dummies*). Foram, então, incluídas três *dummies* de intercepto que identificavam as quebras estruturais e dividiam a análise em quatro períodos fundamentalmente. Quanto aos efeitos das variáveis explicativas sobre a variável dependente ($\ln(M)$), não se observou nenhuma mudança significativa nos intervalos de confiança para os parâmetros das tarifas legais e da UCI, e os coeficientes encaixaram-se

dentro de um mesmo intervalo de confiança nos diferentes períodos. Por isso, a única *dummy* de inclinação incluída no modelo foi a relacionada ao câmbio para 1995.

O modelo foi estimado utilizando-se o método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Para constatar a presença de possíveis violações dos pressupostos básicos do modelo clássico, foram realizados diferentes testes. Na identificação da autocorrelação, foi utilizado o teste de Durbin-Watson que, apesar de verificar apenas a autocorrelação de primeira ordem, é um bom indicativo da presença de tal violação.

O modelo foi estimado com correção de heterocedasticidade pela matriz de White. E, finalmente, a verificação da multicolinearidade foi feita com base nos VIF's (fator de inflação de variância) encontrados. Além desse procedimento, foi verificada a significância de cada um dos parâmetros, inclusive a das *dummies*. Para tanto, foi aplicado um teste em bloco (teste F), a fim de avaliar a importância do conjunto das variáveis explicativas sobre o logaritmo natural das importações, e testes individuais (testes t), para ver se as variáveis explicativas escolhidas eram uma a uma relevantes no sentido de explicar as alterações na variável dependente. Com o intuito de examinar a relevância do conjunto das *dummies*, foi realizado, ainda, o teste de Chow.

Outro ponto importante é a verificação dos sinais dos parâmetros encontrados. Segundo a teoria macroeconômica, pode-se esperar que o câmbio real tenha um efeito negativo sobre as importações. Quanto às tarifas legais, o sinal esperado do parâmetro é o mesmo, pois elas atuam como inibidoras das importações. Já a elasticidade da utilização da capacidade sobre as importações deve apresentar sinal positivo, conforme descrito em Bittencourt e Fligenspan (1999).

2.2 - Dados utilizados

Os dados utilizados no presente estudo são provenientes de distintas fontes, que serão especificadas nesta seção.

A série com os dados de utilização da capacidade foi retirada da **Revista Conjuntura Econômica**, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, em vários exemplares, na seção **Sondagem Industrial**. Esses dados representam uma porcentagem da capacidade instalada que está sendo utilizada no período considerado.

O câmbio real foi calculado usando-se o câmbio nominal e os índices de preços por atacado dos Estados Unidos e do Brasil. A fórmula para tal cálculo é dada pela seguinte relação:

$$C = \frac{e.P^*}{P} \quad (3)$$

Onde, e representa a taxa de câmbio nominal (R\$/US\$); P^* é o índice de preços por atacado norte-americano; e P é o mesmo indicador para o Brasil. Esses dados foram conseguidos junto à Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS). O câmbio real (C) foi transformado num índice com base fixa (dez. 1998 = 100) e foi aplicado o logaritmo natural a essa variável.

A tarifa legal é constituída pela razão entre o total arrecadado com o Imposto de Importação e o total das importações em cada período. Os dados relativos às duas variáveis foram coletados no Boletim do Banco Central. A proporção encontrada foi multiplicada por cem, a fim de se obter a tarifa legal percentual. Esse procedimento para o cálculo das tarifas é utilizado também em Castro e Cavalcanti (1997).

As importações, em milhões de dólares, ainda foram usadas como variável dependente do modelo após ter sido aplicado o logaritmo natural também a essa variável.

Para eliminar um possível viés nos resultados, devido aos efeitos sazonais das importações e da utilização da capacidade instalada, que poderiam gerar alguma correlação entre os dados relativos ao mesmo mês em anos diferentes, foi feita a dessazonalização dos dados relativos a essas duas variáveis.

Os dados foram coletados nos meses selecionados: janeiro, abril, julho e outubro, acompanhando o método utilizado para medição da utilização da capacidade instalada que é coletada na sondagem industrial realizada pela Fundação Getúlio Vargas exatamente nesses meses.

3 - Análise dos resultados

Como ficou claro no primeiro item deste trabalho, e pode ser percebido nos Gráficos 1, 2 e 3, algumas variáveis explicativas do modelo não apresentam um comportamento uniforme ao longo da série analisada. Em função disso, desde o princípio do trabalho já se supunha necessário que fossem identificadas as quebras nas séries.

Com isso, procurou-se inserir variáveis *dummies* de inclinação e de intercepto de modo a explicar as seguintes quebras estruturais do modelo:

- **expansão da capacidade instalada da indústria de transformação e desvalorização do câmbio** - conforme suposto em Castro e Souza (1985), e confirmado em Bittencourt e Fligenspan (1999), com a tardia maturação de investimentos do II PND, por razões que fogem ao escopo deste trabalho⁶, o efeito desse plano sobre a capacidade

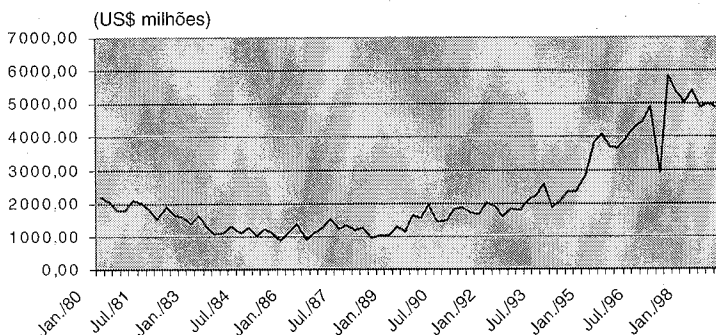
⁶ Sobre esse assunto, ver Castro e Souza (1985) e Bittencourt (1997).

produtiva da indústria brasileira teria começado a ser percebido somente nos primeiros anos da década de 80. A suposição, então, é que somente a partir de então a relação entre as variáveis UCI e as importações tenha se alterado. Além disso, também em meados de 1983, têm-se os efeitos da maxidesvalorização cambial da ordem de 30%, que podem ser vistos no Gráfico 1, que acabam afetando a relação ora estudada como uma quebra estrutural;

- **abertura comercial** - embora o início do processo de abertura comercial no País tenha se dado em 1988 e em 1989, estruturalmente os resultados desse período foram bastante tímidos em relação ao que se verificou, posteriormente, no Governo Collor. Cabe aqui, no entanto, somente avaliar os efeitos da abertura sobre o comportamento das importações, portanto, acreditou-se que a quebra estrutural no que se refere à alteração na política comercial (barreiras tarifárias e não-tarifárias) tenha se dado somente em meados de 1990;
- **Plano Real** - os efeitos do Plano Real sobre o conjunto da economia brasileira são inegáveis. Dessa forma, a respeito do foco do presente trabalho, duas grandes questões precisam ser referidas: o adiantamento do cronograma de abertura comercial e a sobrevalorização da moeda no início do Plano. Com isso, supôs-se que houve uma quebra estrutural na relação entre as variáveis explicativas e as importações para períodos posteriores a 1994.

Gráfico 1

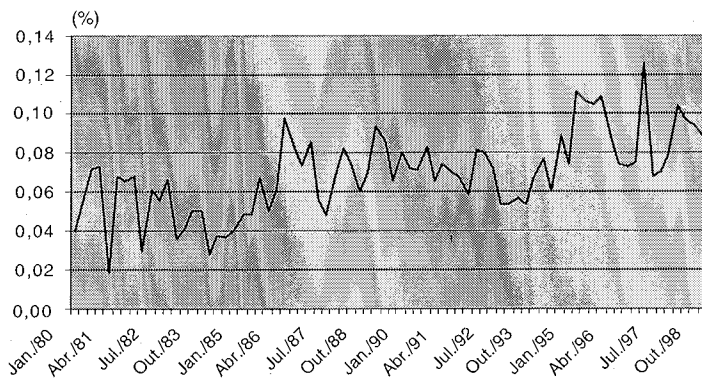
Importações brasileiras — 1980-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.

Gráfico 2

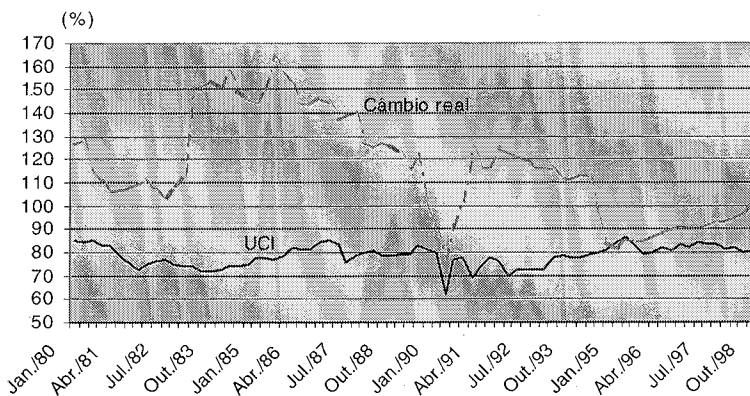
Tarifa legal de importação brasileira — 1980-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco Central do Brasil.

Gráfico 3

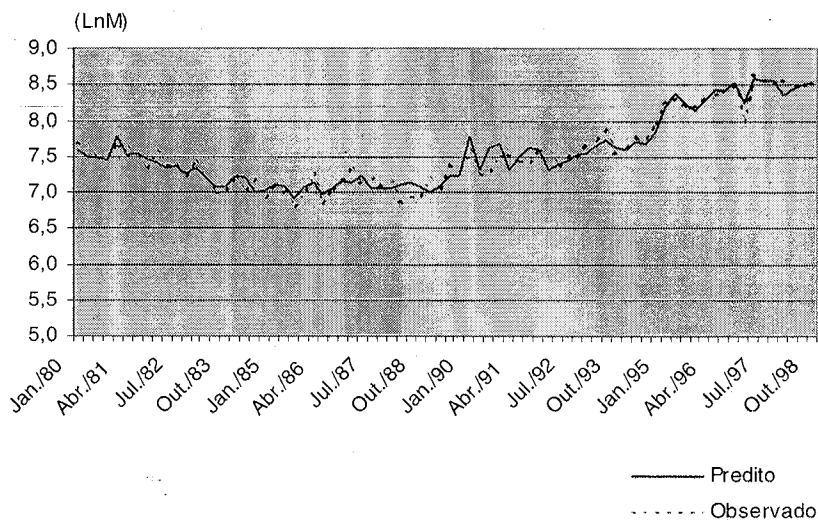
Utilização da capacidade instalada e câmbio real — 1980-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Fundação Getúlio Vargas.
 Banco Central do Brasil.
 Bureau of Labor Statistics.

Gráfico 4

Valor predito versus valor observado — 1980-98



FONTE: Elaboração dos autores.

Tabela 2

Estimação do logaritmo das importações (LnM) por MQO — jan./80-out./98

VARIÁVEIS	COEFICIENTES	DESVIO-PADRÃO	ESTATÍSTICA t	R ² PARCIAL (1)
(Constante)	7,542	0,778	9,687	-
UCI	0,02832	0,004	7,197	0,433
LnCâmbio	-0,451	0,133	-3,339	0,144
Tarifa legal	-0,04484	0,010	-4,346	0,217
Dummy 84/2	-0,196	0,048	-4,100	0,191
Dummy 90/1	0,511	0,055	9,327	0,561
Dummy 95/1	-8,364	2,812	-2,975	0,115
Dummy câmbio 95/1	2,114	0,622	3,401	0,145

FONTE: Elaboração dos autores.

(1) R²: 0,944; R² - ajustado: 0,938; DW: 2,047; Teste F: 162,64.

O modelo exposto, como pode ser visto pela estatística de Durbin-Watson (DW) apresentada, não indica problemas de autocorrelação dos resíduos. A análise do Fator de Inflação da Variância (VIF) concluiu que os desvios-padrão dos parâmetros não foram subestimados, já que não se verifica a presença de multicolinearidade entre as variáveis explicativas. Já a existência de quebras estruturais, evidenciada pelo teste de Chow realizado, foi confirmada pela significância dos parâmetros das variáveis *dummies* introduzidas no modelo.

A significância dos parâmetros estimados também mostrou que os sinais esperados para as elasticidades se confirmaram. Mais especificamente, no período de 1980 a 1998, o logaritmo das importações respondeu negativamente a aumentos na utilização da capacidade instalada, corroborando a relação positiva entre aumentos no nível de atividade interna e o fluxo de importações; os aumentos na tarifa legal resultavam em redução das compras no Exterior; e, por fim, o câmbio apresentou uma relação negativa com o nível de importações durante quase todo o período analisado.⁷

Em relação à magnitude dos parâmetros estimados, percebe-se que, até o final de 1994, a variável que mostrava maior efeito sobre as importações, sob a forma de elasticidade, era o câmbio real. Quando comparado, por exemplo, com os resultados obtidos por Fachada (1990), o efeito encontrado é superior (-0,451 contra -0,376). Já cotejando com os valores estimados por Portugal (1992) e Ferreira (1994), a elasticidade-preço relativo é inferior (-0,910 e -1,323 respectivamente). As outras elasticidades estimadas, por sua vez, não encontram termo de comparação na bibliografia analisada. No entanto é possível verificar que o efeito da tarifa legal sobre as importações é mais expressivo que o do nível de atividade.

No que se refere às variáveis *dummies*, como apresentaram coeficientes significativos, conforme foi referido anteriormente, estas confirmaram a existência de períodos distintos na relação entre as importações, os preços relativos, o nível de atividade e as barreiras ao comércio internacional. Ficou claro que há três quebras estruturais na relação entre essas variáveis, que serão descritas a seguir.

a) 1984 - 2º semestre

Nesse período, era esperada, pelo lado da relação entre as importações e a UCI, uma elevação do intercepto das importações. Maturados os investimen-

⁷ Sobre o coeficiente do lnCâmbio no último período, que compreende os anos de 1995 a 1998, comentários relevantes serão feitos na análise de cada quebra estrutural.

tos do II PND, a utilização da capacidade instalada da indústria, que apresentava até essa data uma tendência de queda, começava a subir novamente, uma vez que não se percebia mais, como antes, a entrada em funcionamento de expressivas plantas industriais.

Essa sinalização fez com que se esperasse que as importações tivessem uma mudança de patamar para cima. De maneira mais clara, como a capacidade instalada já tinha crescido tudo o que poderia, era aguardado que o aumento da UCI verificado a partir de então se refletisse em uma elevação do intercepto da equação estimada⁸. No entanto o que se pode observar pelo sinal do parâmetro da primeira *dummy* de intercepto é que o valor da constante naquele período diminui de 7,542 para 7,346.

Esse resultado, contudo, não é surpreendente, uma vez que, como também pode ser visto no Gráfico 3, a variável câmbio real também apresenta uma quebra nesse período, no entanto em sentido contrário ao da UCI. Conforme foi referido anteriormente, em 1983 foi realizada uma maxidesvalorização que aumentou o câmbio nominal e, conseqüentemente, ocasionou efeitos sobre o câmbio real. O efeito esperado da mudança de nível de flutuação da variável câmbio era de uma redução do patamar das importações. Pode-se concluir que o efeito líquido sobre as importações do aumento da UCI, com a maturação dos investimentos do II PND, juntamente com os efeitos da maxidesvalorização do cruzeiro foi negativo sobre o intercepto da função.

A explicação para o efeito da variável taxa de câmbio real ter sido mais contundente sobre o parâmetro de intercepto das importações está na própria Tabela 1. Como a elasticidade-câmbio das importações é substancialmente maior que a elasticidade-UCI, e principalmente como o coeficiente de correlação parcial da primeira variável é também consideravelmente maior que o da segunda, percebe-se que as variações do câmbio explicam mais as variações das importações. Em função disso, a mudança estrutural do câmbio na primeira metade da década de 80 teve um efeito maior sobre o nível das importações que a alteração da UCI⁹.

⁸ Outra forma menos usual de dizer seria que se esperava que, quando todas as demais variáveis fossem zero, o intercepto das importações seria maior.

⁹ Acredita-se que, se não tivesse ocorrido o efeito da UCI sobre as importações, os efeitos da maxidesvalorização nominal de 30% do cruzeiro em 1983 teriam causado uma redução do intercepto da equação muito mais expressiva do que se verificou.

b) 1990 - 1º semestre

Como era esperado, o coeficiente da variável *dummy* de intercepto colocada nesse período para identificar a quebra referente à abertura comercial, além de significativa, apresentou o sinal positivo. Mesmo o processo de abertura comercial tendo se iniciado em 1988-89, os efeitos deste sobre o nível de importações do País, de acordo com o modelo, só foram percebidos a partir da próxima observação, após janeiro de 1990, ou seja, em abril do mesmo ano.

Isso deixa claro que a abertura comercial que realmente teve efeito sobre as importações foi a do Governo Collor, uma vez que as primeiras medidas nesse sentido foram anunciadas em março, já se refletindo sobre as importações em abril.¹⁰ Com isso, a redução da tarifa nominal média e das barreiras não-tarifárias e, conseqüentemente, da tendência da tarifa legal nesse período refletiu-se em um aumento do intercepto da equação estimada, ou seja, numa elevação dos patamares verificados das importações.

Nesse período, embora se constate uma queda expressiva e rápida, tanto do nível de atividade como do câmbio real, em função das medidas de combate à inflação tomadas no início do Governo Collor, esta não teve efeito significativo sobre o comportamento das importações no modelo.

c) 1995 - 1º semestre

Mesmo que a parte mais expressiva do Plano Real tenha sido anunciada em julho de 1994, os seus principais efeitos foram sentidos no modelo estimado a partir de 1995. Neste último período, o coeficiente linear do modelo perdeu muito sentido econômico, uma vez que se torna negativo. A explicação para esse fato, no entanto, está na mudança no parâmetro de inclinação da variável câmbio real. Como a inclinação tornou-se maior no que diz respeito a essa variável, para o modelo ajustar-se às observações do período foi necessário que o parâmetro linear se reduzisse significativamente.¹¹ Isso, no entanto, não quer dizer que tenha caído substancialmente o nível das importações. Portanto, as explicações para esse fato são muito mais estatísticas do que econômicas.

No que diz respeito ao parâmetro da variável câmbio, é preciso que se faça uma importante ressalva. A sobrevalorização cambial que se verificou no País até 1999, combinada com a utilização das barreiras tarifárias e não-tarifárias para

¹⁰ A esse respeito, ver Azevedo e Portugal (1997), nota de rodapé nº 11, p.4 e Oliveira (1993), nota de rodapé nº 18, p.15.

¹¹ No período anterior, do início de 1990 ao final de 1994, o parâmetro era de 7,857 e passou para -1,018 no início de 1995, conseqüentemente sem muito sentido econômico.

promover a competição do produto nacional com o produto estrangeiro, a fim de sustentar as taxas de inflação no início do Plano Real, promoveram uma inversão do sinal da relação câmbio *versus* importações no período abrangido pela amostra.

O que se quer dizer com isso é que a relação observada entre o câmbio e as importações que era negativa, como sugere a teoria econômica, se tornou positiva. Contudo, contrariando a teoria, a evidência empírica indica que, nesse período, como pode ser visto pelos gráficos, mesmo com o câmbio se desvalorizando, as importações continuaram crescendo. Isto porque a demanda reprimida por bens importados, combinada com o patamar extremamente baixo (sobrevalorizado) ao qual chegou o câmbio real e com o ritmo lento da desvalorização da moeda fizeram com que os incentivos às importações fossem expressivos.

Com isso a variável câmbio real, embora tenha perdido o sentido de variável “explicativa” do comportamento das importações, mostra, através do parâmetro a ela associado, que o movimento das variáveis no período foi no mesmo sentido. Em outras palavras, embora não se tenha o efeito de causalidade, o parâmetro positivo indica uma relação direta entre os movimentos do câmbio e os das importações, atestado pela evidência empírica.

O ajustamento do modelo às observações da variável dependente mostra-se expressivo através do R^2 ajustado de 0,938 e também pode ser verificado no Gráfico 4, onde estão plotados os valores observados e os valores preditos pelo modelo.

4 - Conclusão

A partir do modelo estimado no presente trabalho, pode-se ver que ele parece refletir os fatos observados empiricamente. O período observado, de 1980 a 1998, e as variáveis utilizadas servem de instrumento para se avaliar as elasticidades da importação em relação às tarifas, ao câmbio e à utilização da capacidade instalada. O impacto direto da utilização da capacidade instalada sobre as importações e o inverso em relação às tarifas e ao câmbio confirmam as hipóteses teóricas, exceto num único período para este último.

As variáveis *dummies* comprovaram, estatisticamente, a existência de distintos períodos na economia brasileira, seja por mudanças na utilização da capacidade instalada e na desvalorização do câmbio (1984), seja pela abertura comercial (1988) ou pela implementação do Plano Real (1994).

A primeira das quebras estruturais (1984) diz respeito à maturação dos investimentos do II PND, elevando-os e trazendo consigo uma redução nas importações. No entanto essa redução ocorre pela maxidesvalorização do ano de 1983, e o modelo apresenta esse fato através da redução do intercepto nesse período, evidenciando, assim, uma queda no patamar importado.

Outro período claramente identificado na história recente do País é aquele referente à abertura comercial de 1988-89, apesar de os efeitos serem observados apenas a partir de 1990. Os impactos das reduções nas barreiras comerciais resultaram no incremento significativo das importações, representado pelo aumento no patamar do intercepto estimado. A variável *dummy*, mais uma vez, trouxe respostas positivas às pressuposições feitas.

O Plano Real foi, sem dúvida, uma das quebras mais importantes da estrutura econômica brasileira. A partir dele, os resultados obtidos pareciam, *a priori*, trazer problemas. A relação positiva entre câmbio e importações, à primeira vista, poderia parecer uma falha do modelo, no entanto uma demanda reprimida conjuntamente com uma sobrevalorização cambial e, posteriormente, com modestos movimentos de desvalorização impactaram, de forma positiva, o ritmo de crescimento das importações.

Tendo em vista os aspectos mencionados ao longo deste trabalho, podemos observar que as hipóteses existentes no início do mesmo foram confirmadas através do modelo econométrico aqui apresentado, onde a estimação pelo método de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) provou ser, mais uma vez, um instrumento importante e, freqüentemente, conclusivo para se observarem os fenômenos recorrentes da economia.

Bibliografia

- ABREU, Marcelo de P., org. (1989). **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro : Campus.
- AMADEO, Edward J. (1996). Retomada do crescimento e círculos virtuosos. **Gazeta Mercantil**. São Paulo, p.3, 26- 28 abr.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO (vários anos). Rio do Janeiro : Banco do Brasil.
- AZEVEDO, André F. Zago, FLIGENSPAN, Flávio B. (1996). Produção e consumo: avanços e recuos no período do Real. In: PORTUGAL, Marcelo S., org. **A economia do Real** - uma análise da política econômica de estabilização no período 1994-1996. Porto Alegre : Ortiz.

- AZEVEDO, André F. Zago, PORTUGAL, Marcelo S. (1997). **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações brasileiras**. Porto Alegre : CPGE-UFRGS. (Texto para discussão, n. 97/05).
- BITTENCOURT, Jeferson L. (1997). **Os limites para o crescimento econômico brasileiro**: uma análise da balança comercial pela ótica da capacidade produtiva da indústria. Porto Alegre : UFRGS-FCE. (Monografia apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas).
- BITTENCOURT, Jeferson L., FLIGENSPAN, Flávio B. (1999). Balança comercial e capacidade produtiva da indústria de transformação. **Análise Econômica**. Porto Alegre : UFRGS/FCE, n.31, p.5-25, mar.
- BOLETIM DO BANCO CENTRAL (1997). Brasília : BACEN, mar. (Suplemento Estatístico).
- BRAGA, H. C., TAYLER, W. G. (1990). **Trade policies in Brazil**. Rio de Janeiro : IPEA/INPES. (Texto para discussão para discussão n.185).
- CARNEIRO, Dionísio D., MODIANO, Eduardo (1989). Ajuste externo e desequilíbrio interno. In: ABREU, Marcelo de P., org. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro : Campus. p.323-347.
- CARPENA, Luciane C. (1996). Políticas de estabilização e inflação no Brasil: a experiência no Plano Real. In: PORTUGAL, Marcelo S., org. **A economia do Real** - uma análise da política econômica de estabilização no período 1994-1996. Porto Alegre : Ortiz.
- CASTRO, Antônio B. de, SOUZA, Francisco E. Pires de (1985). **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- CONJUNTURA estatística (1980-1997). **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, vários números.
- CORREA, Paulo G. (1996). **Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil**: deve o Estado intervir? Rio de Janeiro : BNDES, jul. (Texto para discussão n.45).
- ESTATÍSTICAS históricas do Brasil (1987). Rio de Janeiro : IBGE).
- FACHADA, J.P. (1994). **Um estudo econométrico da balança comercial brasileira**: 1975-1988. Rio de Janeiro : PUC-RJ. (Dissertação de mestrado).

- FERREIRA, Afonso H.B. (1994). Testes de estabilidade para a função demanda de importações. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 48.
- GALVÃO, Ana Beatriz C., PORTUGAL, Marcelo S. (1996). Âncora cambial, balanço de pagamentos e política de estabilização: as políticas cambial e de comércio exterior no Plano Real. In: PORTUGAL, Marcelo S., org. **A economia do Real** - uma análise da política econômica de estabilização no período 1994-1996. Porto Alegre : Ortiz.
- GUIMARÃES, Eduardo A. (1996). **A experiência recente da política industrial no Brasil**: uma avaliação. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão n.409).
- HOFFMAN, Rodolfo (1980). **Estatística para economistas**. São Paulo : Livraria Pioneira Editora.
- LYRA, Flávio Tavares (1996). **A política industrial brasileira**: mudanças e perspectivas. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão n.413).
- MODIANO, Eduardo (1989). A ópera dos três cruzados: 1985-1989. . In: ABREU, Marcelo de P., org. **A ordem do progresso**: cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro : Campus. p. 347-386.
- MOREIRA, H.C. e ARAÚJO, A. (1984). **A política brasileira de importação**: uma descrição. Rio de Janeiro : IPEA/ INPES. (Série ÉPICA, 1).
- MOREIRA, Maurício M. e CORREA, Paulo Guilherme (1996). **Abertura comercial e indústria**: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Rio de Janeiro : BNDES. (Texto para discussão, n.49).
- OLIVEIRA, Gesner, coord. (1993). **Condicionantes e diretrizes de política para a abertura comercial brasileira** - relatório final. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n.313).
- PASTORE, A. C. e PINOTTI, M. C. (1995). A taxa de câmbio real e os saldos comerciais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.15,n.2, p.138-145.
- PINHEIRO, Armando C. (1993). **Uma análise desagregada do comércio exterior brasileiro no período 1974/92**. Rio de Janeiro : IPEA. (Texto para discussão, n.306).
- PORTUGAL, Marcelo S. (1992). Um modelo de correção de erros para a demanda de importações brasileiras. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Brasília : IPEA, v.22, n.3, dez.

- PORTUGAL, Marcelo S. (1993). Measures of capacity utilization: Brazil, 1920-1988. **Análise Econômica**, Porto Alegre : UFRGS/FCE, n.19, p.89-102, mar.
- PORTUGAL, Marcelo S., org. (1993). **A economia do Real**: uma análise da política econômica de estabilização no período 1994-1996. Porto Alegre : Ortiz.
- RELATÓRIO DO BANCO DO BRASIL (vários anos). .. Rio de Janeiro.
- SONDAGEM conjuntural (1980-1997). **Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, vários números
- SUZIGAN, Wilson et al. (1985). Crescimento industrial: desempenho recente, perspectivas e instrumentos de política. In: PERSPECTIVAS de longo prazo da economia brasileira. Rio de Janeiro : IPEA. p. 197-234.
- ZINI JÚNIOR., Alvaro A. (1990). O Brasil num cruzamento: dívida externa e exaustão fiscal. **Revista de Economia Política**, São Paulo : Brasiliense, v.10, n.1, p.32-52, jan./mar.